

A CRISE SOB O OLHAR DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: ENTRE A DEPENDÊNCIA E OS INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

THE CRISIS UNDER THE VIEW OF BRAZILIAN SOCIAL THOUGHT: BETWEEN DEPENDENCE AND INVESTMENTS IN EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY

Roberto Bitencourt da Silva (FAETEC e UFF)¹

Resumo

O artigo tem como objetivo oferecer um esquemático painel da crise brasileira, adotando como recorte a observação em torno de algumas mazelas da economia, em números, bastante salientes nos últimos anos. Mazelas dotadas de forte influxo nos padrões das escolhas políticas, que igualmente condicionam incentivos à apropriação dos fundos públicos por megacorporações empresariais, em especial multinacionais. No caso, tomamos como foco a experiência do estado do Rio de Janeiro. Ademais, mobilizamos algumas questões assinaladas por expressivos intérpretes da formação social brasileira, sobretudo associados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros, como Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré e Roland Corbisier. Exploramos também o aporte teórico de Darcy Ribeiro e de Vânia Bambirra, esta integrada à teoria marxista da dependência. Nesse sentido, o propósito central é assinalar potenciais contribuições do legado intelectual oferecido pelo pensamento crítico social brasileiro à compreensão de dilemas e desafios atuais, atinentes à economia, ao domínio e à produção técnico-científica e à educação.

Palavras-chave: Crise Brasileira; Golpe de Estado; ISEB; Pensamento Social Brasileiro; Dependência.

Resumen

El artículo tiene el objetivo de ofrecer un panorama de la crisis brasileña, privilegiando la observación sobre algunas mazelas de la economía, en números, muy salientes en los últimos años. Mazelas que tienen fuerte influjo en los patrones de las opciones políticas, que también condicionan incentivos a la apropiación de los fondos públicos por megacorporaciones empresariales, sobretudo multinacionales. En el caso, tomamos como foco la experiencia del estado de Río de Janeiro. Además, movilizamos algunas cuestiones señaladas por expresivos intérpretes de la formación social brasileña, principalmente asociados al Instituto Superior de Estudios Brasileños, como Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré y Roland Corbisier. También exploramos el aporte teórico de Darcy Ribeiro y de Vania Bambirra, esta integrada a la teoría marxista de la dependencia. En este sentido, el propósito del trabajo es señalar las potenciales contribuciones del legado intelectual ofrecido por el pensamiento crítico social brasileño a la comprensión de dilemas y desafíos actuales, relativos a la economía, al dominio y a la producción técnico-científica, como también a la educación.

Palabras clave: Crisis brasileña; Golpe de Estado; ISEB; Pensamiento social brasileño; Dependencia.

¹ Pós-doutor e doutor em História (UFF), mestre em Ciência Política (UFRJ), professor da Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (FAETERJ-Petrópolis/FAETEC) e da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/Rio).

*O imperialismo busca, por todos os meios, colocar
fora da lei a defesa do interesse nacional
(Nelson Werneck Sodré).*

Apresentação

A grave crise que assola a sociedade brasileira tem se desdobrado em salientes retrocessos de ordem cultural, política, econômica e social. O golpe parlamentar-judicial-midiático que conduziu Michel Temer (PMDB) à Presidência da República, apoiado por aspirações, interesses de classes e oligarquias políticas, em boa medida, derrotadas nas urnas, tem incrementado severamente a crise no país.

Alguns componentes conjunturais que incidem na crise em curso nos parecem ser os seguintes: uma acentuada queda das exportações e dos preços de *commodities* relevantes na pauta comercial do Brasil, nos últimos anos; a emergência de tensões políticas que romperam com o assimétrico pacto interclasses, assegurado pela Constituição de 1988; assim como o apassivamento do movimento sindical, herdado da estratégia lulopetista de governo, que propiciou a gestação de terreno político favorável aos duros ataques, em vigor, a direitos sociais e trabalhistas.

Importa frisar que esses ingredientes da conjuntura se articulam e são retroalimentados por fatores de duração mais longa, que tipificam os contornos do exercício do poder e do sistema de dominação na sociedade brasileira: a dependência externa, a inserção subordinada da economia brasileira na divisão internacional do trabalho e, com efeito, a condição associada e subalterna das burguesias domésticas em relação ao império das forças do centro do capitalismo.

Tomando como referência os contornos delineados por Darcy Ribeiro à categoria conceitual de *atualização histórica*, nos parece razoável argumentar que as medidas em curso, eivadas de sabor neoliberal e conservador, adotadas pelo governo federal, podem ser traduzidas pelo instrumento teórico sublinhado. Isto é, sugerem a adaptação reconfiguradora do capitalismo brasileiro às determinações do centro capitalista, cujo imperialismo estadunidense, em particular e sem pudor, tem buscado retirar qualquer legitimidade ao princípio da autodeterminação dos povos, sobretudo do sul global (MONIZ BANDEIRA, 2016; MÉSZAROS, 2011, p.227-248).

Nos termos darcynianos, a *atualização histórica* corresponde à experiência de uma sociedade e de uma economia reflexa, periférica, isto é, que produz parca ou nenhuma tecnologia própria de ponta e cuja existência tende a ser norteadas para satisfazer os imperativos políticos e econômicos das potências capitalistas. Fornecedora

de matéria-prima, de recursos energéticos ou submetida a uma “industrialização recolonizadora”, o modo de ser da sociedade reflexa é remeter lucros e riquezas ao centro do capitalismo. Uma extensão subordinada deste. Um objeto a seu serviço (RIBEIRO, 1988, p.34-43).

Nos marcos estabelecidos pela dependência, a hipótese de *atualização histórica* brasileira indica a tendência a conformar um processo de agudização do neocolonialismo, como abordaremos mais detidamente em item próprio do trabalho.

Por índole, o capitalismo requer a extensão das práticas mercantilizadoras a todos os bens materiais e intangíveis, serviços e necessidades humanas. Toda e qualquer fronteira à lógica do lucro precisa ser superada, de modo a satisfazer os requisitos da acumulação, convertendo o que for possível à condição de valor de troca. Sem territórios novos para a incorporação ao mercado capitalista, a ânsia especulativa do grande capital tem invadido as mais diferentes esferas da vida.

O sentido do golpe e das iniciativas implementadas pelo governo de Michel Temer nos parece obedecer, precisamente, a esse requisito do capitalismo global, intensificando a alienação de ativos de empresas estatais, recursos naturais e energéticos, centros internos de decisão e de criação e direitos coletivos.

Assim, o artigo visa, inicialmente, oferecer um esquemático painel da crise brasileira, adotando como recorte a observação em torno de algumas mazelas da economia, bastante salientes nos últimos anos. Mazelas dotadas de forte influxo nos padrões das escolhas políticas, que igualmente condicionam incentivos à apropriação dos fundos públicos por megacorporações empresariais, particularmente multinacionais. No caso, tomamos como foco a experiência do estado do Rio de Janeiro.

Na sequência, mobilizamos algumas questões assinaladas por expressivos intérpretes da formação social brasileira, sobretudo associados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros, como Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré e Roland Corbisier. Exploramos também o aporte teórico de Darcy Ribeiro e de Vânia Bambirra, esta integrada à teoria marxista da dependência. Ambos os intelectuais não deixam de guardar sintonias com esquemas interpretativos e preocupações teóricas e políticas que orientam as reflexões dos pensadores isebianos postos em evidência.

Nesse sentido, o propósito do trabalho é destacar potenciais contribuições do pensamento crítico social brasileiro para a compreensão de dilemas e desafios atuais, atinentes à economia, ao domínio e à produção técnico-científica e à educação. Encerramos com algumas ponderações provisoriamente conclusivas.

Alguns números da crise: a dependência cobra o seu preço

O período de governos capitaneados pelo PT, entre 2003 e 2016, sob as presidências de Lula e Dilma Rousseff, foi caracterizado pela compatibilização desigual entre interesses contraditórios de classe. As diferentes configurações empresariais do grande capital ganharam bastante. O emprego formal cresceu, os trabalhadores obtiveram aumentos salariais e o combate à miséria foi ampliado.

A decantada fórmula da conciliação apoiou-se, sobretudo, na elevação contínua das exportações entre 2003 e 2011 (com o registro de queda em 2009, na esteira da crise financeira da bolha imobiliária dos EUA). As receitas em divisas obtidas deram importante sustentação ao reformismo fraco e não conflitivo com o grande capital. Os números são fabulosos: em 2003, as exportações alcançaram volume superior a 73 bilhões de dólares. Em 2011, atingiam a cifra de mais de 256 bilhões de dólares. Desde 2012 as exportações caíram, em especial em 2015 (-15%).² Diga-se, exportações assentadas, em maioria absoluta, na produção de bens primários. O grosso das nossas importações formado por bens manufaturados.

Os três principais produtos da pauta de exportações brasileiras têm sido soja, óleo bruto e minério de ferro. As mercadorias tiveram crescente elevação mundial de preços entre 2003 e 2008, oscilando para baixo em 2009, e novamente tendo os preços aumentados até 2012. Desde então, petróleo e minério de ferro convivem com substantiva queda. O preço da soja revela padrões mais estáveis.³ Note-se que estamos a nos referir a *commodities* cuja participação na pauta comercial brasileira tem girado em torno de 20% a 30%. Entre janeiro e julho de 2017 alcançou a casa de 32,5%.⁴

Sem pretender esgotar o leque de variáveis incidentes, por sinal, heterogêneo, não é demasiado argumentar que o processo político de natureza golpista que veio a destituir a presidente Dilma sofreu o influxo do aludido fenômeno econômico. A conciliação interclasses não possuía mais fôlego. Sua viabilidade erodiu e demandava uma saída: ou o conglomerado burguês-oligárquico doméstico e multinacional arcava com os custos da queda nas receitas, ou a ampla maioria dos brasileiros.

² BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. *Série histórica, período: janeiro de 1997 – julho de 2017, totais mensais e acumulados*. Importa observar que as referências completas para acesso a essa e demais fontes primárias encontram-se ao final do trabalho.

³ A respeito, consultar preços do minério de ferro (2010-17) em: VALE. *Índices de minério de ferro*. Sobre barril do petróleo (2000-16), ver: *Nexo*, Um histórico visual da queda do preço do petróleo, 18/01/2017. Acerca da soja (2006-15), ver Black (2015).

⁴ BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. *Série histórica, Período: janeiro de 1997 – julho de 2017, fator Agregado e Produtos*.

A Fiesp, organismo burguês que desempenha uma função representativa e gerencial das corporações multinacionais, detentora de papel decisivo na violação da soberania do voto popular, operou com um jargão autoexplicativo, em meio ao processo político golpista: “Não vamos pagar o pato!”. Não está pagando mesmo. São as classes populares, assalariadas e frações da pequena burguesia que estão a receber a fatura das limitações de uma economia periférica e dependente, primário-exportadora.

Aspecto saliente e complementar da crise também ilumina o caráter dependente e subalterno da economia nacional: trata-se das desonerações fiscais, que correspondem a um financiamento público do grande capital, especialmente das corporações multinacionais. A experiência do estado do Rio de Janeiro é didática. Entre os anos de 2007 e 2015 os benefícios fiscais concedidos pelo governo estadual superaram a casa dos 185 bilhões de reais.⁵ Esse número equivale a nada menos que dois orçamentos anuais do governo do estado, tomando como referência o ano de 2016.

A título de ilustração, a montadora Volks Caminhões auferiu incentivos fiscais da ordem de R\$ 2,1 bilhões no ano de 2015. À época correspondia, simplesmente, aos orçamentos somados de duas importantes instituições de Ciência e Tecnologia do estado: a Uerj e a Faetec. As também montadoras de veículos Jaguar Land Rover e a Nissan, entre 2011 e 2014, obtiveram leis singulares do governo estadual, que lhes concediam “tratamento tributário especial previsto por um período de 50 anos”.⁶ Pouco ou nada pagaram em impostos.

Essa prática de desoneração afeta diretamente a capacidade de arrecadação, forjando condições desfavoráveis à manutenção e ao aperfeiçoamento dos serviços públicos oferecidos pelo estado do Rio. As vítimas mais contundentes têm sido as instituições ligadas à Ciência e Tecnologia, com notórios e recorrentes atrasos salariais dos servidores e demais medidas de cortes nos investimentos e na manutenção básica.

Contudo, existe outra dimensão relevante no que respeita ao acolhimento irrefletido do capital estrangeiro na economia nacional e, no caso, em particular, carioca e fluminense. Refiro-me à balança de pagamentos. Isto é, os gastos do país com a aquisição de bens, máquinas, serviços de reparação, aluguel de equipamentos, propriedade intelectual, remessas de lucros e dividendos do capital estrangeiro.

⁵ *Extra*, Tribunal de Contas conclui que benefícios fiscais a empresas totalizaram R\$ 185 bilhões. Rio de Janeiro, 21 fev. 2016.

⁶ ALERJ. *Lei nº 6662 de 08 de janeiro de 2014*. JUSBRASIL. *Lei nº 6078, de 18 de novembro de 2011*.

Analisando uma série histórica disponibilizada pelo Banco Central, operando somente com o intervalo de 2010 a 2016, o saldo com o exterior tem sido sempre desfavorável para o Brasil. No período destacado, cerca de 489 bilhões de dólares negativos. No mesmo intervalo temporal, as transferências de lucros e dividendos para o exterior atingiram a cifra negativa para o país de mais de US\$ 130 bilhões.⁷

O estado do Rio de Janeiro – com tantas benesses concedidas aos chamados “investimentos externos”, que pouco ou nada investem (na melhor das hipóteses, antecipam capital para os empreendimentos, não raro controversos) – oferece elevada cota de contribuição para a perda de recursos nacionais. O estado do Rio é o maior importador de serviços provenientes do exterior, com uma participação nacional entre 54% e 55%, nos últimos anos, consideradas todas as unidades da Federação.⁸

Portanto, um fenômeno que deteriora a economia estadual e do país, com transferências de recursos produzidos, sobretudo, pelos trabalhadores. Além da questão estritamente financeira, em que sobressaem ônus significativos para as sociedades brasileira, fluminense e carioca – particularmente traduzidos por vantagens acriticamente concedidas às grandes corporações internacionais –, com uma expressiva drenagem de excedentes para o exterior, a dependência econômica e tecnológica incide em implicações sociais e políticas de relevo.

A economia brasileira, desde a década de 1990, depara-se com o fenômeno da desindustrialização. Hoje a participação da indústria no PIB mal alcança o patamar de 11%. Entre os anos 1960-80, essa participação girou entre 16% e 25%. Registre-se um fator decisivo: em elevada medida, a indústria instalada é desnacionalizada.⁹

Por extensão, no tocante ao mundo do trabalho, como demonstrado por Marcio Pochmann (2011), nos anos 2000 o perfil de empregos criados foi marcado por salários baixos, concentrados nos setores de serviços (inclusive domésticos), comércio e construção civil, com formação educacional pouca adensada. Cerca de 50% da força de trabalho fora do regime formal de relações de emprego. É claro, o cenário piorou com as recentes políticas de austeridade.

Considerando o caráter primário-exportador da economia brasileira, bem como o processo interno de desindustrialização e desnacionalização do parque produtivo fabril –

⁷ BRASIL. Banco Central. *Série histórica do balanço de pagamentos - 6ª edição do manual de balanço de pagamentos e posição de investimento internacional (BPM6)*.

⁸ BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. *Serviços – panorama do comércio internacional, dados de 2014*. BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. *Serviços – dados do comércio internacional, 2014 e 1o semestre de 2015*.

⁹ *Correio Brasiliense*, Cai a participação do setor industrial no PIB do Brasil. Brasília, 2 out. 2016.

problemas de longa data, mas intensificados nos últimos anos –, se pode argumentar, com certa segurança, que a base material da sociedade brasileira tende a ser refratária a investimentos em educação, ciência e tecnologia, denotando baixa capacidade de incentivo. Os componentes, equipamentos, máquinas e saberes dotados de maior densidade técnico-científica (valor agregado) tende a ser importado.

Um fenômeno comum ao subcontinente latino-americano, em que o fator dinâmico da reprodução do capital tem sido o ramo primário-exportador, com as multinacionais hegemônicas controlando a propriedade no setor secundário, de acordo com Jaime Osorio (2012). Atenção dedicada à educação e à pesquisa e à melhoria das condições de trabalho e vida dos trabalhadores é fator alheio ao modelo dependente.

Conseqüentemente, a chamada “Ponte para o futuro” do ilegítimo governo Temer revela um esquema de percepção que visa a dilatar os mecanismos da dependência. Estímulos à privatização, à abertura comercial e ao setor primário-exportador são o eixo das diretrizes do programa de governo, que tem sido duramente aplicado.¹⁰

Conforme perspectiva de István Mészáros (2011, p.119-121), o Estado capitalista consiste em um comando organizacional e político do sistema do capital. Isto é, orienta-se por iniciativas que deem unidade à fragmentada materialidade de interesses, ações e expectativas da diversidade empresarial e setorial do capital.

Com efeito, é possível afirmar que as mudanças que vem ocorrendo na esfera política representam um extremado bloqueio do Estado brasileiro às injunções de setores submetidos e espoliados pelo bloco burguês agro-minério-pecuário-multinacional-rentista. Uma ditadura mal disfarçada do grande capital, que teve na destituição da presidente Dilma, na ruptura constitucional e na contrarreforma da legislação trabalhista, algumas das suas manifestações mais salientes. Um ajuste aos novos padrões do capitalismo dependente e periférico que emergem no país.

Como demonstram a lei do teto dos gastos públicos, em âmbito federal (que estabelece o congelamento, por 20 anos, dos investimentos em educação e pesquisa), e a deliberada estratégia de desmonte das instituições de Ciência e Tecnologia no estado do Rio de Janeiro, o ensino e a pesquisa estão sob fortes ataques. Conjunto de ações que inviabiliza qualquer ideia de Nação. Inviabiliza a educação básica e superior. Mas, é coerente com a visão neocolonial do bloco de poder prevalecente no país.

¹⁰ PMDB. *Uma ponte para o futuro*. Brasília, 29 out. 2015.

Uma resposta alternativa só pode ser norteada por demandas de natureza política. A economia brasileira, em seus traços básicos, a cada dia torna mais dispensável o domínio tecnológico e a produção autóctone de conhecimento. Ela está longe de ser fator de indução a investimentos que permitam romper com a dependência.

Na contramão da dependência e da ideologia do colonialismo: o pensamento crítico social brasileiro

A produção intelectual responde às vicissitudes do tempo e do lugar. Envolvida nas dificuldades enfrentadas pela sociedade, sofre o influxo dos anseios, dos desafios e das expectativas, não somente dos sujeitos individuais a que se atribui a condição de intelectual, como também das contradições sociais, políticas, nacionais e internacionais que eventualmente prevaleçam. Um olhar voltado ao passado e um futuro que se queira descortinar são traços marcantes da escrita do intelectual (PITA, 2015).

Importa frisar que os intelectuais mobilizados neste item se norteiam pela elaboração de um pensamento crítico às desigualdades sociais e à posição subalterna na divisão internacional do trabalho, em que se inseria (e ainda se insere) o Brasil. Articulam a questão social à questão nacional. Identificar as causas dos fenômenos que enredam aqueles problemas, bem como propor soluções equacionadoras, representam características importantes dos estudos evidenciados.

Acerca do papel desempenhado por um “intérprete” da sociedade, tomamos como parâmetro explicativo a definição oferecida por Aluizio Alves Filho (2011), ou seja, trata-se de “alguém que procura compreender e decifrar situações cujos significados implicam níveis de complexidade” e que “instiga reflexões acerca do conteúdo de um objeto ou problema”. Nesse sentido, levando em conta a persistente realidade da dependência na sociedade e na economia brasileira, entendemos que as perspectivas dos intérpretes selecionados tendem a contribuir para o aguçamento da percepção em torno de alguns problemas e desafios do momento.

As décadas de 1950 e 1960 representaram contexto tipificado por uma geração de intelectuais que revelavam nítido engenho criativo, dedicados a pensar o Brasil a partir das suas necessidades e singularidades. Questionavam a habitual incorporação de “modelos” explicativos importados, ao menos destituídos de uma mediação reflexiva original. Os pensadores a que fazemos referência formaram-se ou alcançaram *status* de referencialidade interpretativa precisamente no período assinalado.

Parte desses intelectuais integrou o Iseb. Uma instituição criada em 1955 e vinculada ao Ministério da Educação, que almejava “construir instrumentos teóricos e metodológicos para interpretar o Brasil e nele atuar praticamente”, segundo Jorge Miglioli (2005, p.62). Formado por estudiosos portadores de abordagens teóricas ecléticas, tinha como eixo de preocupações a industrialização e o desenvolvimento nacional soberano. O Iseb desempenhou um significativo “papel na vida política e cultural do Brasil”, conforme Caio Navarro de Toledo (2005). Isso, até 1964, ano em que foi fechado pela ditadura civil-militar, com seus integrantes perseguidos.

Dos isebianos Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré e Roland Corbisier, assim como de Vânia Bambirra (vinculada à teoria marxista da dependência, que se desenvolveu em diferentes países latino-americanos, durante os anos 1960-70) e de Darcy Ribeiro – cujos estudos compartilham categorias conceituais e preocupações convergentes com o Iseb e a TMD –, operamos com três noções teóricas fundamentais: *a ideologia do colonialismo, o desenvolvimento e a dependência*. Também com uma questão sugestiva central: *a necessidade de domínio tecnológico*.

Entendemos que esse aporte teórico-interpretativo guarda o potencial de iluminar algumas restrições e problemas destacados no tempo presente, como também permite incentivar reflexões em torno de possibilidades alternativas de superação.

Iniciamos com a instigante noção de *ideologia do colonialismo*. Expressão consagrada pelo historiador Nelson Werneck Sodré, em ensaio publicado originalmente em 1961, corresponde a uma série de cânones, premissas e categorias de percepção que induzem à circulação cultural de complexos de inferioridade para o povo brasileiro. Basicamente, trata-se de uma “ideologia cujos mitos e preconceitos pretendem infundir a convicção, inclusive revestindo-se de aparências científicas, de que há países naturalmente destinados a subordinar-se” às potências capitalistas (SODRÉ, 1984, p.8).

Um dos seus corolários, conforme Sodré, é o primado da “vocaçãõ agrária” brasileira. Um país, como ressalta o filósofo Roland Corbisier (1960, p.69), a que seria reservado o *status* colonial não de cultura, mas sim de “natureza”. Como frisavam ambos os intelectuais isebianos, uma perspectiva conveniente aos países hegemônicos do capitalismo e às elites políticas e econômicas internas àqueles associados. Difícil alegar que esse traço da ideologia dominante foi superado. Pelo contrário.

Não apenas a pauta exportadora brasileira reitera a sua vigência em nossos dias. Imediatamente após a ascensão de Temer à Presidência da República, as Organizações Globo, desempenhando a função de intelectual orgânico das classes dominantes no

Brasil, veiculou e tem veiculado anúncios altamente convergentes com o antigo ingrediente de dominação, denunciado por Sodré e Corbisier. Trata-se da apologética peça de publicidade “Agro é tech, Agro é pop, Agro é tudo”. Para uma burguesia que já se orgulhou do parque industrial instalado no país, tal campanha é sobretudo reveladora do projeto, em curso, de inviabilização completa do Brasil como Nação.

Ademais, Corbisier (1960, p.78) entende que o país, enquanto integrante da periferia do capitalismo, encontra-se na condição de “objeto” e não de “sujeito da história”. Essa posição subordinada manifesta-se igualmente no “entreguismo” das classes dominantes domésticas. Com rara lucidez, Corbisier (1962, p.110-111) delinea os contornos do “entreguismo” do modo que segue:

Há uma política implícita nessa posição, pois se o capital estrangeiro é considerado fator principal na promoção do desenvolvimento, a atitude do país subdesenvolvido não pode ser outra a de procurar atraí-lo, (...) submetendo-se a todas as suas imposições, pois a incapacidade, a impotência nacional só poderá ser compensada pela capacidade estrangeira, tornando-se o país pobre e atrasado mera dependência, simples área descentralizada do capitalismo metropolitano. Reconhecida a incapacidade própria, não resta outra atitude senão entregar-se ao capital estrangeiro, (...) proporcionando-lhe todas as condições de segurança e rentabilidade (...) Abdicando de qualquer projeto próprio de destino, o país seria modelado pelos outros.

Um exemplo contemporâneo e dramático dessa postura política já mencionamos: as elevadíssimas benesses conferidas às corporações multinacionais pelo governo do Rio de Janeiro. Uma das razões centrais do caos instalado no estado. Este tornou-se mero instrumento de determinações alienígenas, sem projeção minimamente autônoma de futuro, comprometendo severamente a educação superior e básica, o desenvolvimento da pesquisa e da tecnologia. Porém, não é fenômeno fortuito.

Décadas a fio, os enquadramentos noticiosos e as pautas dos conglomerados de comunicação privilegiam os chamados “investimentos externos”, concebidos como fontes de prosperidade, geração de empregos e complemento da poupança nacional. O “entreguismo” mais deslavado atravessa as linhas editoriais, sobretudo no jornalismo econômico.¹¹ Na cena estadual, o telejornal local da TV Globo (RJTV) confere legitimidade semiexclusiva para os porta-vozes da Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), congênere da Fiesp, tecerem avaliações e sugestões político-econômicas ao estado e à capital. Sempre favoráveis ao capital estrangeiro.

¹¹ A respeito do posicionamento editorial e remoto do jornal O Globo, consultar Silva (2015).

A variável em foco da *ideologia do colonialismo* possui poderosa força de incidência nos comportamentos de partidos e representantes da seara política. Há tempos converteu-se em consenso irrefletido, envolvendo, inclusive, expressivas frações das esquerdas. Em tese, a estas deveria caber o exercício do questionamento aberto.

Se o ingrediente “entreguista” da *ideologia do colonialismo* permeia os hábitos mentais em diferentes círculos de sociabilidade, incluindo o campo acadêmico-científico – como chama a atenção o isebiano e filósofo Álvaro Vieira Pinto –, reflete igualmente visões de mundo incompatíveis com as necessidades impostas pela realidade que ordena a sociedade subjugada e dependente. Operando com a prática do consumo de ideias e bens materiais e intangíveis importados, ainda como ressalta Vieira Pinto (1979, p.52-53), a *ideologia do colonialismo* suscita a predominância da “alienação cultural” entre os sujeitos individuais e coletivos do país periférico.

Uma “consciência para o outro” e não “para si”, em que se pudesse “perceber a realidade e conceber autonomamente o projeto de transformá-la em seu favor”. Assim, a sociedade e as classes sociais “colonizadas” caracterizam-se por uma subjetividade que se apropria dos fins alheios e não dos meios (como os dispositivos tecnológicos e de saber). Segundo Vieira Pinto (2005, p.264-266), se privilegiados os meios e não os fins, haveria possibilidade de incorporação criativa, material e subjetiva, de contribuições gestadas nas potências capitalistas, congruente com o atendimento construtivo de soluções aos problemas coletivamente enfrentados.

Nesse sentido, não é irrazoável argumentar que uma das iniciativas forçosas tendo em vista, no mínimo, atenuar a *ideologia do colonialismo*, é a introdução de um marco regulatório democrático da mídia, que iniba a atuação de propriedades cruzadas e oligopólios, pois estes impedem a formação de uma agenda pública em que participem todos os setores da sociedade brasileira, especialmente os sem voz e sem imagem. Há necessidade de efetivar o “direito à comunicação” para todos, um direito humano inalienável, como acentua Venício Artur de Lima (2011). Sem isso, o Brasil não se “desaliena”, nem pluralmente toma “consciência de si” e “para si”.

Outra categoria conceitual de relevo é a de *desenvolvimento*. Hoje, como ontem, hodiernamente confundida com a ideia de crescimento econômico, no jargão jornalístico e político. Todavia, como Corbisier (1962, p.104) sublinha, o crescimento “não passa de um acréscimo, puramente quantitativo, dos bens e serviços postos à disposição de uma comunidade”. Nesse quesito, os anos de governos Lula/Dilma foram caracterizados por um crescimento significativo do PIB (a uma média anual em torno de

3%), sem necessariamente sequer arranhar a estrutura de poder que aferra o país à dependência.¹²

O crescimento, por si só, não permite transcender a condição meramente “marginal, de economia dependente e complementar dos centros dominantes”, afirma Corbisier. Com efeito, o *desenvolvimento* “não é um processo que se limite ao econômico, mas uma transformação qualitativa que afeta todos os setores da vida nacional, desde o econômico até o político e o cultural” (CORBISIER, 1962, p.104). O *subdesenvolvimento*, por seu turno, é fruto das relações internacionais assimétricas e espoliativas, do comando de hierarquização estabelecida pelo capital, sob diferentes formas, não só sobre o trabalho, como também entre os povos e territórios. Um produto do capitalismo internacional e da *dependência*.

A respeito, a economista Vânia Bambilra (2012, p.55-62) identifica dois singulares tipos de configurações da dependência na América Latina. Importa sublinhar esses tipos, na medida em que permite esclarecer a nossa hipótese em torno do processo de *atualização histórica* (na acepção empregada por Darcy), em curso no Brasil.

Segundo a intelectual vinculada à TMD, os países de “tipo A” são conformados por perfis de sociedade que desenvolveram controles semiautônomos sobre o parque produtivo – produção primária e industrial. Isso até a metade do século XX. Já os de “tipo B”, acentuadamente neocolonizados, conviveram com parte significativa dos meios de produção, agrários e industriais (quando indústria havia), sob o domínio de companhias estrangeiras. O Brasil, a Argentina e o México seriam exemplares do “tipo A”. A oligopolização das empresas multinacionais – acompanhada da criação de barreiras de entrada aos seus ramos de mercado –, após a 2ª Guerra Mundial e, no caso brasileiro, particularmente, depois da instalação da ditadura de 1964, tenderia a desnacionalizar as indústrias locais. Porém, ainda assim, o conglomerado burguês de dominação seria mais heterogêneo e complexo do que nas economias de “tipo B”.

Portanto, o que está se processando no Brasil, para adotar os parâmetros da interpretação de Bambilra, nos parece representar uma intensa conversão do sistema produtivo para perfis semelhantes ao “tipo B” de dependência e subalternidade ao centro do capitalismo. Um neocolonialismo galopante, sem maiores mediações por parte da burguesia doméstica. Projetos de aquisição e arrendamento ilimitado de terras

¹² *Folha de S.Paulo*, O PIB no detalhe. São Paulo, 28 ago. 2016.

por pessoas jurídicas estrangeiras, abertura e privatizações nos setores de infraestrutura e energia. Um crescente viés de desnacionalização dos meios de produção.¹³

O cenário promete menores controles e usos nacionais dos excedentes e maior concentração de riqueza e rendimentos – via compartilhamento ampliado dos excedentes econômicos entre as frações burguesas forâneas e domésticas (com essas últimas, tendencialmente, mais dedicadas à especulação financeira e imobiliária).¹⁴ O aumento da taxa de exploração do trabalho – com efeito, uma maior marginalização social – torna-se subproduto natural, já iluminado pela contrarreforma das leis trabalhistas.

Igual e potencialmente, um fenômeno que implicará em maior dependência tecnológica e, por conseguinte, em depreciação da educação e da pesquisa nacional.

Consoante abordagem de Vieira Pinto (1979, p.151), “a ciência se entrelaça com a economia e esta relação adquire caráter de causação recíproca”. Ademais, a perspectiva do filósofo, sublinhando as imersões do saber sistematizado, da ciência e da tecnologia no mundo social, assinala que:

Toda sociedade tem a ciência que lhe é útil e necessária para conservar o sistema vigente. É impensável que venha a produzir outra, que de modo algum lhe interessaria, pois a faria correr o risco de quebra da estrutura existente, pela introdução de novos produtos culturais, especialmente novas concepções ideológicas sobre sua própria realidade. Deste modo, as sociedades constituídas sobre a base da desigualdade da condição humana [e da dependência externa] tendem a se converter em freios do progresso do saber (PINTO, 1979, p.150).

Dessa maneira, não são gratuitas as recentes medidas destinadas a asfixiar o financiamento das universidades e da educação pública, em geral. Por outro lado, campanhas deliberadas e difusas de desmoralização dos professores, como o movimento chamado “Escola Sem Partido”, igualmente consistem em expressão dos contornos socioeconômicos da dependência e do caráter cultural refratário de setores da sociedade em relação a qualquer inovação subjetiva e material, razoavelmente autóctone do país.

¹³ *Valor*, Investimento estrangeiro em infraestrutura sobe 500% no ano. 29 mai. 2016. BRASIL. Presidência da República. *Investimentos externos mostram recuperação da confiança, diz Quintella*. Brasília, 29 mai. 2017. *Valor*, Casa Civil quer venda de terra a estrangeiro sem limite de área. 06 abr.2017. *Canal Rural*, Venda de terras para estrangeiros ainda gera polêmica. 13.mar.2017. *Jornal do Brasil*, Governo anuncia 57 privatizações, incluindo a Casa da Moeda. Rio de Janeiro, 23 ago. 2017.

¹⁴ Sobre a questão dos excedentes, consultar Baran (1973).

Considerações finais

Como em boa medida tipificou as trajetórias das últimas décadas, a valorização e a dotação de recursos em educação, ciência e tecnologia, só podem ser alcançadas por meio de escolhas e ações políticas e culturais. E requerem a articulação com um programa global de sociedade, que tenha em vista a ruptura com a dependência e com a inserção subordinada da economia brasileira na divisão internacional do trabalho.

Inspirando-nos na reflexão de Ribeiro (2015, p.46-48), um programa que associe a educação, a produção de conhecimento, com uma visão abrangente sobre a sociedade brasileira, permitindo-nos dar um “salto evolutivo à condição de economia autônoma que exista e viva para si mesma, para seu povo”. Um programa que seja antagônico aos interesses das diferentes frações do grande capital e busque alterar os termos desfavoráveis de intercâmbio com as economias centrais do capitalismo. A dimensão política – institucional, mas em especial, extraparlamentar – deve falar mais alto.

Quando um ex-economista-chefe do Banco Mundial, Joseph Stiglitz (2010, p.319), acusa os países capitalistas desenvolvidos de explorarem as demais nações, é porque as assimetrias nas relações comerciais e políticas internacionais estão sobremodo evidentes. O que também demonstra a vitalidade das perspectivas teóricas dos intérpretes do pensamento crítico social brasileiro, “convidados” a nos auxiliar nesse exercício de reflexão sobre alguns dilemas e desafios brasileiros.

Referências

- ALVES FILHO, Aluizio. Introdução. ALVES FILHO, Aluizio (org.), *Oliveira Vianna: uma introdução ao estudo da formação social brasileira – pioneirismo, contribuições e questões polêmicas*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2011, p.13-21.
- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2012.
- BARAN, Paul. *Excedente económico y irracionalidad capitalista*. Buenos Aires: Siglo XXI, 3ª ed., 1973.
- CORBISIER, Roland. *Formação e problema da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: MEC/Iseb, 1960.
- _____; et.al. *A questão da remessa de lucros*. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 1962.
- LIMA, Venício Artur de. *Regulação das comunicações – história, poder e direitos*. São Paulo: Paulus, 2011.
- MÉSZAROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

- MIGLIOLI, Jorge. O ISEB e a encruzilhada nacional. TOLEDO, Caio Navarro de (org.), *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p.62.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A desordem mundial: o espectro da total dominação – guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.), *Padrão de reprodução do capital – contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012, p.103-133.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Ciência e existência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed., 1979.
- _____. *O conceito de tecnologia*, vol. I. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- PITA, António Pedro. Consciência e história: ensaio de genealogia do discurso intelectual. MARGATO, Izabel; GOMES, Renata Cordeiro (orgs.), *O intelectual e o espaço público*. Belo Horizonte: UFMG, 2015, p.27-37.
- POCHMANN, Marcio. *Nova classe média?* São Paulo: Boitempo, 2011.
- RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a civilização*. Petrópolis-RJ: Vozes, 5ª ed., 1988.
- _____. *O Brasil como problema*. São Paulo: Global, 2015.
- SILVA, Roberto Bitencourt da. Os investimentos externos no noticiário de O Globo (1952-1964). Florianópolis: *Rebela*, UFSC, v.5, n.3, set./dez. 2015, p.492-509. Disponível em: <<http://www.iela.ufsc.br/rebela/revista/artigo/os-investimentos-externos-no-noticiario-de-o-globo-1952-1964>>. Acesso em: 13 ago.2017.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A ideologia do colonialismo*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1984.
- STIGLITZ, Joseph. *O mundo em queda livre: os Estados Unidos, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- TOLEDO, Caio Navarro de. ISEB: ideologia e política na conjuntura do golpe de 1964. TOLEDO, Caio Navarro de (org.), *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p.137-164.

Fontes primárias

- ALERJ. *Lei nº 6662 de 08 de janeiro de 2014*. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/bd7f95d9f0e575583257c5f0058111b?OpenDocument&ExpandSection=5&Highlight=0,6662>>. Acesso em: 14 ago. 2017.
- BLACK, Clarissa. O preço da soja nos últimos 10 anos. Porto Alegre: *Panorama internacional*, FEE, v.1, no.1, 2015. Disponível em: <<http://panoramainternacional.fee.tche.br/article/o-preco-da-soja-no-ultimo-decenio/>>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- BRASIL. Banco Central. *Série histórica do balanço de pagamentos - 6ª edição do manual de balanço de pagamentos e posição de investimento internacional (BPM6)*. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/Seriehist_bpm6.asp>. Acesso em: 15 ago. 2017.

- BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. *Série histórica, período: janeiro de 1997 – julho de 2017, totais mensais e acumulados*. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>>. Acesso em: 11 ago. 2017.
- BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. *Série histórica, Período: janeiro de 1997 – julho de 2017, fator agregado e produtos*. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>>. Acesso em: 11 ago. 2017.
- BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. *Serviços – panorama do comércio internacional, dados de 2014*. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1431972666.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2017.
- BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. *Serviços – dados do comércio internacional, 2014 e 1o semestre de 2015*. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1449859080.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2017.
- BRASIL. Presidência da República. *Investimentos externos mostram recuperação da confiança, diz Quintella*. Brasília, 29 mai.2017. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2017/05/investimentos-externos-mostram-recuperacao-da-confianca-diz-quintella>>. Acesso em: 24 ago. 2017.
- CANAL RURAL. *Venda de terras para estrangeiros ainda gera polêmica*. 13 mar.2017. Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/noticias/rural-noticias/venda-terras-para-estrangeiros-ainda-gera-polemica-66479>>. Acesso em: 24 ago. 2017.
- CORREIO BRASILIENSE. *Cai a participação do setor industrial no PIB do Brasil*. Brasília, 2 out. 2016. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2016/10/02/internas_economia,551413/cai-a-participacao-do-setor-industrial-no-pib-do-brasil.shtml>. Acesso em: 12 ago. 2017.
- EXTRA. *Tribunal de Contas conclui que benefícios fiscais a empresas totalizaram R\$ 185 bilhões*. Rio de Janeiro, 21 mai. 2016. Disponível em: <<https://extra.globo.com/emprego/servidor-publico/tribunal-de-contas-conclui-que-beneficios-fiscais-empresas-totalizaram-185-bilhoes-19349554.html>>. Acesso em: 20 ago.2017.
- FOLHA DE S.PAULO. *O PIB no detalhe*. São Paulo, 28 ago.2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2015/02/119042-o-pib-no-detalhe.shtml>>. Acesso em: 21 ago. 2017.
- JORNAL DO BRASIL. *Governo anuncia 57 privatizações, incluindo a Casa da Moeda*. Rio de Janeiro, 23 ago. 2017. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/economia/noticias/2017/08/23/governo-anuncia-57-privatizacoes-incluindo-a-casa-da-moeda/>>. Acesso em: 27 ago. 2017.
- JUSBRAZIL. *Lei nº 6078, de 18 de novembro de 2011*. Disponível em: <<http://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/1029992/lei-6078-11>>. Acesso em: 11 ago.2017.

- NEXO. *Um histórico visual da queda do preço do petróleo*, 18/01/2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2016/01/18/Um-hist%C3%B3rico-visual-da-queda-do-pre%C3%A7o-do-petr%C3%B3leo>>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- PMDB. *Uma ponte para o futuro*. Brasília, 29 out. 2015. Disponível em: <http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- VALE. *Índices de minério de ferro*. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/pt/business/mining/iron-ore-pellets/paginas/iron-ore-indices.aspx>>. Acesso em: 14 ago. 2017.
- VALOR. *Investimento estrangeiro em infraestrutura sobe 500% no ano*. 29 mai.2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4983994/investimento-estrangeiro-em-infraestrutura-sobe-500-no-ano>>. Acesso em: 24 ago. 2017.
- _____. *Casa Civil quer venda de terra a estrangeiro sem limite de área*. 06 abr. 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/4928916/casa-civil-quer-venda-de-terra-estrangeiro-sem-limite-de-area>>. Acesso em: 24 ago. 2017.